

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

### Na fronteira entre realidade e representação: a problemática dos lugares

JULIANA OSHIMA FRANCO<sup>1</sup>

#### Resumo:

Este trabalho tem como objetivo discutir o videodocumentário de caráter comunitário – aquele que resulta da ação de grupos sociais e coletivos diversos, que o elegem enquanto estratégia de autorrepresentação, expressão, organização e/ou registro – enquanto *lugar de memória*, nos termos propostos por Pierre Nora (1993). Entendendo a centralidade da discussão sobre a representação da realidade no campo do documentário, e partindo do pressuposto que a singularidade do audiovisual está relacionada ao seu caráter híbrido de tanto registrar realidades, quanto projetar representações sobre elas, defendo a relevância das discussões em torno dos lugares de memória na compreensão das especificidades que fazem do audiovisual, em especial do documentário, ferramenta de democratização da comunicação e da memória social e, por conseguinte, de transformação social.

**Palavras-chave:** Audiovisual; Memória; Representação; Realidade.

#### Introdução

Desde 2007, o Núcleo de Comunicação Popular e Comunitária, um dos eixos de atuação da Associação Intercultural de Projetos Sociais (AlmA), organização não governamental de Londrina (PR), vinha realizando o registro e circulação de memórias e histórias de vida de moradores desta jovem cidade paranaense através da produção e exibição de videodocumentários. O projeto *Roda Memória* teve como ponto de partida o desejo de encontrar e compartilhar novos olhares sobre a história local, buscando nos bairros e nas comunidades outras testemunhas do vertiginoso processo de urbanização que alçou Londrina, em poucas décadas, ao posto de segunda cidade do Paraná. De forma mais ampla, o projeto buscou tanto contribuir para a formação de um circuito de sensibilização sobre a importância de cada indivíduo na construção da memória e da história da cidade, quanto estimular a utilização das ferramentas comunicativas, em especial a linguagem audiovisual e o gênero documentário, como forma de expressão e legitimação de narrativas, discursos, opiniões e experiências convencionalmente esquecidas pela mídia tradicional e pela história oficial.

---

<sup>1</sup> Jornalista do Centro de Memória – Unicamp (CMU), especialista em Comunicação Popular e Comunitária e mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

Em 2008, o *Roda Memória* percorreu dez bairros da cidade exibindo o primeiro documentário do Núcleo, “Memórias da Vila”, em sessões de cinema ao ar livre nas quais o público era convidado a participar, registrando também suas memórias em uma improvisada TV Cabine, as quais eram exibidas na sessão seguinte. Já em 2009, visando ampliar o envolvimento dos moradores, deslocando-os da posição de personagens para a de realizadores dos vídeos, o projeto passou a oferecer oficinas de produção audiovisual, que resultaram na realização de três videodocumentários com memórias de moradores de diferentes bairros da periferia de Londrina.

Foi esta primeira experiência com oficinas formativas dentro do *Roda Memória* que motivou minhas reflexões em torno da singularidade do audiovisual e seu potencial enquanto ferramenta de transformação social, culminando na dissertação de mestrado em que o assunto é explorado de forma mais ampla (FRANCO, 2012). Em síntese, nesta pesquisa parti da hipótese de que existe alguma especificidade na imagem-som em movimento, e no videodocumentário, especificamente, que justificaria a sua apropriação como importante ferramenta de expressão, por grupos sociais os mais diversos, na disputa de sentidos que acontece no campo da linguagem e das práticas simbólicas, com seus já bastante estudados efeitos sobre a sociedade e os processos decisórios. Ao longo dos estudos, optei por pensar tal singularidade não como o aparente realismo da imagem fílmica, nem somente como seu caráter de construto ou representação – perspectivas bastante recorrentes e marcantes na teoria do cinema –, mas sim como o que designei de “posição fronteira entre realidade e representação”, defendendo que o grande potencial do documentário reside nesta dupla vocação de tanto registrar realidades quanto construir discursos – representações – sobre elas. Esta estratégica oscilação entre sonho e realidade, fabulação e fato, subjetividade e objetividade, opacidade e transparência – ou qualquer outra dicotomia equivalente, tão debatidas no campo dos estudos da imagem –, repercutiria, a meu ver, o período de transição entre os paradigmas da modernidade e da pós-modernidade, durante o qual o fenômeno cultural do audiovisual se desenvolve, tornando-se central na construção das teias simbólicas e da própria realidade, na medida em que operaria um verdadeiro sincretismo entre as categorias do real e do imaginário.

Já no presente trabalho, a proposta é centrar nas reflexões que, a partir da vivência no projeto e na pesquisa, permitiram compreender o audiovisual também enquanto *lugar de memória*, nos termos propostos por Pierre Nora (1993), observando que tanto a memória

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

(aqui entendida enquanto ação, ato de lembrar) quanto o documentário seriam marcados igualmente por essa posição fronteira entre realidade e representação, perspectiva aqui desenvolvida a partir das contribuições de outros dois autores, Michael Pollak (1989; 1992) e Cássio Tomaim (2006; 2009). Em outras palavras, ao entender a memória enquanto luta contra o esquecimento e estratégia de resistência, e defender o videodocumentário enquanto *lugar de memória*, ênfase que as tensões entre real e ficção (objetividade e subjetividade) são centrais tanto nas discussões em torno do audiovisual e do gênero documentário, quanto nas discussões acerca da memória.

### **Memória como ato de resistência**

Quando falamos em memória, falamos certamente de reencontros com o passado, de revisitar lugares, pessoas e fatos que marcaram nossa vida. Não se trata, absolutamente, de uma viagem de volta a uma realidade concreta já inacessível, mas de um movimento na direção do que ficou sedimentado do passado em nossa subjetividade – em meio a tanta informação e tantas experiências, só nos lembramos daquilo que realmente importa, do que, de alguma forma, fez ou faz diferença em nossa existência. Por outro lado, trazer à tona certos fatos, pessoas ou lugares, torna-se uma forma de legitimar sua existência prévia, de assumir que certas coisas são *reais* por que fizeram parte de nossa história e por isso nos lembramos delas. Ainda que se admita que a memória seja uma releitura do vivido, e que saibamos deste seu caráter fortemente subjetivo, ela tem o poder de transformar-se em história, principalmente se partimos do pressuposto de que a realidade é uma construção social, da qual participam todas as subjetividades. Tal raciocínio nos revela, de alguma maneira, que realidade e representação são elementos inerentes à própria dinâmica do lembrar, pois na memória, presença e ausência, objetividade e subjetividade também se embrenham tanto quanto no audiovisual.

De acordo com Pierre Nora (1993), existem lugares de memória porque não existem mais meios de memória, isto é, a cristalização da memória em arquivos, monumentos, datas comemorativas, santuários, e suportes os mais variados, entre eles o filme, seria uma forma de evitar o seu esquecimento, numa sociedade que já não pode manter vivos determinados mecanismos, tradições ou lembranças:

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

*Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993:13).*

Os lugares de memória, assim, seriam lugares de resistência, reflexos da consciência de que nossa visão do passado apoia-se naquilo que já não nos pertence, e que, portanto, precisa acomodar-se em alguma concretude: quanto menos latente a memória, quanto menos ela é vivida do interior, mais necessita de suportes exteriores que lhe dão existência – e essa existência só se justificaria pela necessidade de lutar contra o esquecimento. Os lugares de memória, nesse sentido, seriam restos e vestígios silenciados que demarcam sua necessidade de serem lembrados, valorizados e, de alguma forma, integrados à história.

Enquanto a memória é sempre atual, porque se faz de acordo com as demandas do presente, a história não passaria de representação do passado – uma reconstrução parcial e limitada do que já não existe. A memória teria como necessidade se tornar história, e essa passagem de uma a outra, segundo Nora (1993: 14), revelaria um novo regime de memória, que ao invés de espontânea, impregnada no hábito e no gesto, é vivida como um dever, é “deliberada, individual e subjetiva, e não mais social, coletiva, globalizante”. Em outras palavras, o autor acredita que a sociedade moderna é marcada por uma verdadeira obsessão pela produção de arquivos, vendo-se obrigada a guardar testemunhos e vestígios à medida que a memória “tradicional” se esvai, como provas da existência das coisas que deixaram de existir: tudo registrar e guardar, mesmo que não se saiba para quê ou por quê. O autor observa que, se antes a memória era definida pelas grandes famílias, a Igreja e o Estado, na sociedade moderna esse imperativo teria feito “de cada um o historiador de si mesmo”, ocasionando a conversão da memória à psicologia individual, e sua conseqüente dilatação e democratização.

*A atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente. Quando a memória não está mais*

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

*em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmo homens-memória (NORA, 1993: 18).*

Também Michael Pollak (1992: 201-205) problematiza a relação entre memória e identidade social. Para ele, a memória, apesar de parecer um fenômeno individual, é também um fenômeno social que, sendo construído coletivo, estaria aberto a constantes mutações e transformações, ao mesmo tempo que conduziria a determinados consensos ou repetições, a alguns “elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças” – elementos que ganham, assim, estatuto de realidade. Para o autor, a memória é constituída pelos acontecimentos (que podem ser vividos pessoalmente ou “por tabela”), pelos personagens e pelos lugares, os quais podem tanto “dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais” quanto “se tratar também da projeção de outros eventos”, mistura de aspectos objetivos e subjetivos, o que a colocaria, a nosso ver, na mesma fronteira em que posicionamos o audiovisual, isto é, entre a realidade e a representação.

Pollak também observa que a memória é seletiva, já que nem tudo é registrado, gravado, mas está sujeito às flutuações e preocupações do momento, ou seja, a memória sofreria a interferência do presente como elemento para sua estruturação, ela se faria de acordo com as necessidades e interesses da conjuntura em que é acionada. Esse aspecto revelaria, por conseguinte, a memória como um fenômeno construído, social e individualmente, de forma consciente e inconsciente, e seu vínculo estreito com a construção das identidades, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992: 204). Ao remeter ao sentimento de identidade, seria importante lembrar também que a construção da memória se faz sempre em relação ao outro, para quem é necessário afirmá-la, o que envolve, necessariamente, um processo de disputa e negociação, que ocorre, geralmente, entre a memória oficial e dominante, e as memórias subterrâneas. Assim, a memória e a identidade são valores disputados especialmente no campo simbólico.

Do ponto de vista do trabalho do historiador, no entanto, seria possível questionar o fato de a memória não produzir reconstituições do real, e sim representações dele. Para Pollak, tampouco as fontes escritas, tomadas pela história como documentos de legitimidade

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

inquestionável, seriam reconstituições do real: acredita o autor que, se há alguma “verdade” a ser descoberta sobre algo, esta estaria justamente entre “o verdadeiro e o falso”. Para Pollak, a história oral não tende a valorizar o subjetivo em detrimento do objetivo – aliás, não haveria nem uma oposição entre os aspectos objetivos e subjetivos da memória, mas sim uma *continuidade* entre eles. Segundo o autor, a coleta de representações por meio história oral teria aberto novos campos de pesquisa, sendo um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança e transformações. Ele ainda defende que já existem meios, condições e técnicas disponíveis para a construção de um discurso científico sensível “à pluralidade das realidades e dos atos” (POLLAK, 1992: 211).

Uma virada importante nesse sentido seria a tendência recente de, ao invés de lidar com os fatos sociais como se fossem coisas, analisar como eles se tornam coisas, isto é, observar quais processos e agentes interferem na construção e solidificação das memórias, e de acordo com que interesses e funções isso acontece. Em texto de 1989, Pollak já atentava para o fato de o resultado desta conduta geralmente evidenciar o caráter opressor e uniformizador da história oficial e das memórias coletivas, especialmente da memória nacional, em relação às memórias subterrâneas silenciadas. Memórias não ditas que geralmente exprimem ressentimentos acumulados, silêncios que, ao invés de conduzirem ao esquecimento, significam uma forma de resistência paciente contra a legitimidade dos discursos oficiais, e que quando vêm à tona, normalmente é com o caráter de contestação e reivindicação de um direito de lembrar – e existir – que lhe foi retirado. Para ter esse direito reintegrado, ou seja, para que tais memórias subterrâneas possam também constituir uma memória coletiva, seria necessário, assim, um intenso trabalho de (re)organização da memória – ou melhor, de enquadramento da memória.

*O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modifica-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989: 9-10).*

Tal processo de reinterpretação do passado, segundo o autor, deve manter a coerência dos “discursos sucessivos”, já que mudanças bruscas podem gerar a não identificação com essas novas interpretações do passado, ocasionando cisões e colocando em risco tanto a

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

identidade individual quanto a do grupo. Deste modo, geralmente o trabalho de enquadramento é levado a cabo por pessoas autorizadas, ou profissionais cuja responsabilidade é não colocar em perigo a imagem forjada por determinada organização ou grupo – a escolha de testemunhas autorizadas é uma forma de controle da memória, de acordo com Pollak. Além de organizar os discursos sobre determinados acontecimentos e personagens, o trabalho de enquadramento também deixaria como rastros objetos materiais, os lugares de memória, museus, bibliotecas, edificações, vestígios arqueológicos etc., que podem, de alguma forma, fazer parte de um passado comum que une toda a humanidade, mas com os quais aqueles que estão mais próximos acabam tendo uma relação especial, marcada pelo seu conteúdo afetivo, isto é, seus cheiros, cores, emoções e barulhos. Ao levantar este aspecto, o autor defende o filme como uma forma especial de tanto organizar esses discursos, quanto captar esse conteúdo afetivo:

*Ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e portanto no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções (POLLAK, 1989: 11).*

Pollak destaca, por exemplo, o papel estratégico que várias obras cinematográficas, independente de suas fraquezas, têm de ampliar as possibilidades de interpretação sobre determinados períodos históricos, levantando questões, chamando a atenção e captando emoções que interferem, indiretamente, na memória coletiva. Segundo o autor, o filme testemunho e o documentário teriam se tornado importantes instrumentos de transformação da memória coletiva e, inclusive, por meio da televisão, da memória nacional, demonstrando sua influência estratégica sobre a opinião pública.

Se, conforme Pollak, através do trabalho de enquadramento as memórias coletivas revelam um papel central na manutenção do tecido social e suas estruturas institucionais, e na definição dos consensos sociais em determinadas conjunturas, isto demonstra que, diferentemente das memórias subterrâneas, as memórias coletivas geralmente coexistem pacificamente com a memória dominante. No sentido oposto, assim, a história oral, ao recuperar as memórias individuais, exporia o trabalho de enquadramento e revelaria as tensões entre a história oficial e as lembranças pessoais. “Através desse trabalho de

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros”, afirma Pollak (1989: 13).

### O documentário enquanto lugar de memória

Cássio Tomaim (2009) coloca em perspectiva a questão discutida por Pollak em relação ao filme como importante aliado do trabalho de enquadramento, defendendo o documentário como chave para nossa memória afetiva, como um lugar de memória, “refúgio” dos rastros de uma memória viva que, por seu caráter de resistência contra o esquecimento, seria uma atividade de luto carregada de conteúdos afetivos. O autor concorda que memória e esquecimento devem ser lidos como linguagens simbólicas, permitindo “que o passado seja não somente reconhecido, mas construído sempre como uma perspectiva para o futuro”, isto é, que devemos atentar para o fato de não existir uma “verdade” sobre o passado, mas uma demanda do presente em construí-lo e representa-lo de determinada maneira.

*É verdade que há várias formas ou modos de rerepresentar o mundo vivido ou a realidade, como também há inúmeras maneiras de posicionar uma câmera diante de um acontecimento. Entretanto, não há regras de como rerepresentar o passado nos filmes documentários, há sim escolhas de como se dirigir a esse passado, de como fazê-lo cintilar no presente (TOMAIM, 2009: 58).*

Tomaim retoma o pensamento de Walter Benjamin em sua reflexão. Uma das preocupações centrais do filósofo alemão era encontrar formas de restituir a experiência ao cotidiano moderno, já que a velocidade do mundo urbano e seus comportamentos automatizados impediriam a contemplação da verdadeira intensidade da vida. Benjamin acreditava que os choques da vida moderna, ao adentrarem o nível da consciência, não seriam incorporados à memória, enquanto as verdadeiras experiências deixariam rastros duráveis no inconsciente. Assim, segundo Benjamin, “é a experiência que se assenta na ‘verdadeira’ memória” (TOMAIM, 2009: 57), de modo que, para que o homem moderno consiga lutar contra a sua perda, uma das alternativas seria retomar as narrativas sobre o passado, permitindo emergir novos sentidos e sensações, e, destarte, a verdadeira experiência:

*Para o autor [Benjamin] é fundamental que o homem reconheça a perda de sua tradição e da necessidade de começar tudo de novo, no sentido de uma história em*



## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

*construção contínua. Uma história que se faz de ruínas, de fragmentos. No entanto, não se trata de esquecer ou negar tudo, como desejam alguns revisionistas da história, mas de destruí-la para que possa ser recontada, que novos sentidos possam lhe ser atribuídos, principalmente no tocante àquelas vozes que foram esquecidas, silenciadas (TOMAIM, 2009: 58).*

Conforme Tomaim, o potencial revolucionário do ato de rememorar no documentário seria permitir ao *outro* fazer uma releitura de seu passado, de seus traumas e experiências, constituindo-se enquanto um lugar afetivo de memória. Para o autor, assim, num documentário o que interessa não é tanto o caráter de registro, o que ele testemunha, mas “como opera um discurso filmico sobre o passado”, isto é, que tipo de argumento ele constrói sobre o mundo histórico. Deste modo, o filme só conseguiria testemunhar o encontro do cineasta com o outro e com o mundo vivido, no sentido de compartilhar um presente que, certamente, faz cintilar rastros do passado e seus conteúdos afetivos.

O documentário é visto por Tomaim não como compromisso com a verdade, mas como um vigilante do presente que luta contra o esquecimento, que resulta de uma vontade de memória. Através dos mais variados recursos oferecidos pelo documentário, e conservando os aspectos que o definem enquanto tal (registro *in loco*, ponto de vista e criatividade), o autor acredita que esse tipo de filme consegue trazer à tona com sutileza sentimentos e ressentimentos carregados de conteúdos afetivos – dimensões afetivas do passado que, segundo Benjamin, não poderiam ser encontradas nos atos voluntários, já que a verdadeira experiência nunca seria consciente. Nesse sentido, Tomaim conclui que o mero uso de entrevistas no documentário restringe o acesso à dimensão afetiva da memória “ao que a pergunta do cineasta pode motivar”, defendendo que, quanto mais o filme documentário buscar “descobrir o mundo por meio do encontro com o outro”, ao invés de pretender falar sobre o outro, mais ele permitiria nos “depararmos com as dimensões afetivas do passado” (TOMAIM, 2009: 63-64).

A partir de Bill Nichols<sup>2</sup> (2005), Tomaim concorda que o objeto do documentário é o mundo que ele descobre, e apoiando-se em Fernão Ramos<sup>3</sup> (2011), sustenta que o filme

---

<sup>2</sup> Leitura obrigatória para os que se embrenham nas discussões sobre o filme documentário, Nichols (2005: 27) defende que um dos principais aspectos que distinguem o documentário da ficção é a utilização da retórica como forma de instaurar a crença na visão de mundo que está sendo mostrada/construída. Através da retórica, o documentário potencializaria seu vínculo e interferência sobre o mundo histórico, podendo acrescentar “uma nova dimensão à memória popular e à história social”. O autor tem sua contribuição relevada por ter proposto uma sistematização para a diversidade de formatos encontrada nos documentários, baseada nos diferentes *modos de representação* que observou ao longo de sua trajetória de pesquisa sobre o gênero.

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

documentário teria como principal característica carregar a intensidade da imagem-câmera e a presença do sujeito na tomada. Assim, conclui ser essa presença da câmera e do sujeito na tomada o elemento que permite ao documentário acessar a experiência da intensidade de vida, isto é, ativar as dimensões afetivas da memória:

*Portanto, temos que o filme documentário nos surge como um dispositivo adequado para os rearranjos da memória, para que o passado irrompa no presente sob a forma de silêncios, pausas, hesitações, sofrimentos, uma vez que, para além das intenções do cineasta, pode-se ter acesso ao que não se deixa traduzir em palavras (TOMAİM, 2009: 68).*

Pelo exposto anteriormente, buscamos embasar o entendimento de que memória e audiovisual parecem operar neste mesmo terreno que vimos designando como fronteira entre a realidade e a representação: são tanto mecanismos de acesso à “realidade por excelência”, que legitimam a existência material de acontecimentos, personagens e lugares, quanto mecanismos simbólicos que permitem construir discursos sobre a realidade, que possibilitam reinterpretar o mundo, projetando novos sentidos sobre esses acontecimentos, personagens e lugares, sendo, assim, ferramentas estratégicas de democratização da comunicação e da memória social e, por conseguinte, de transformação social. Isso significa afirmar que tanto a memória quanto o audiovisual têm participação fundamental na disputa de sentidos que transfere para a zona da linguagem e do simbólico os conflitos que estão postos no plano material (às vezes até de forma velada), interferindo fortemente em seus desdobramentos.

Se a singularidade do vídeo e do documentário é trabalhar na fronteira entre realidade e representação, então não por acaso eles vêm se destacando enquanto “lugar de memória” nesta sociedade contemporânea fortemente imagética. É por desfrutarem desse mesmo terreno, que se alicerça nas tensões entre os aspectos objetivos e subjetivos que envolvem a

---

<sup>3</sup> Para Fernão Ramos (2011), a imagem de uma morte real seria um dos melhores exemplos para a intensidade singular que uma imagem-câmera pode transmitir ao espectador, pois é evidente que esta é bastante distinta da imagem de uma morte encenada. A imagem não ficcional, presente em narrativas documentárias ou fora delas, teria “como paradigma esta intensidade própria à imagem da morte”, fazendo com que se dimensione a circunstância da tomada como sua principal singularidade. A circunstância da tomada é definida pelo autor como “o conjunto de ações ou situações que cercam e dão forma ao momento que a câmera capta o que lhe é exterior”, entendimento que permitiria substituir noções como realidade, verdade e objetividade, por um conceito mais fluido de “estar fenomenológico do sujeito”. Como melhor explica Ramos (2011, p. 8-9), “Dizemos ‘estar fenomenológico do sujeito’ pois a câmera possui essa potencialidade, acima de todas as outras, de significar uma presença em ausência. De significar uma forma de presença na circunstância da tomada. É para esta dimensão da presença, singular à imagem-câmera, e que não encontramos em um desenho, por exemplo, que volta-se, de modo dominante, a fruição espectral da imagem não-ficcional”. Neste sentido, o autor atribui à intensidade da tomada – que decorre da presença da câmera e, especialmente, da presença do sujeito que a opera como testemunha na circunstância da tomada – a especificidade do filme documentário.

## MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

existência enquanto indivíduo na sociedade, que memória e audiovisual mantém uma relação tão instigante.

### Referências:

FRANCO, Juliana Oshima. **Memórias em movimento**: o vídeo comunitário na fronteira entre realidade e representação – um estudo do projeto Roda Memória. 2012. 207 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2012.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas: Papirus, 2005. (Coleção Campo Imagético).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n.10, p.7-29, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

RAMOS, Fernão Pessoa. O que é documentário? In: RAMOS, Fernão Pessoa; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Estudos de Cinema**, SOCINE, Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 192-206. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/pessoa-fernao-ramos-o-que-documentario.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2011.

TOMAIM, Cássio dos Santos. O documentário como chave para a nossa memória afetiva. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.3, n.2, p.53-59, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.br>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Para pensarmos o lugar do filme documentário ou de não-ficção nos estudos de história e audiovisual. **O Olho da História**, Salvador, v. 12, n.9, dez. 2006. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.org/artigos/SIMPOSIO-documentario-cassio%20tomaim.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2011.